

## **A educação superior em novas trilhas: o neodesenvolvimentismo e os intelectuais do capital contemporâneo no Brasil**

### **Higher education in new tracks: neodevelopmentalism and the intellectuals of contemporary capital in Brazil**

**Milena Gomes de Medeiros\***

**Resumo:** O objetivo deste texto consiste em discutir os nexos entre a política de educação superior e o neodesenvolvimentismo que, a partir do governo Lula (2004-2010), construiu um novo caminho para a educação superior no Brasil. Do ponto de vista dos aspectos teórico-metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica mediante a contribuição de vários teóricos, como também alguns documentos: Plano Nacional de Educação, Lei das Diretrizes e Bases da Educação, entre outros. Observou-se que os caminhos trilhados pela educação superior decorreram das diretrizes fornecidas pelos intelectuais, que vêm efetivando uma nova estruturação de consenso e coerção pela via dos instrumentos legais/judiciais no âmbito da estrutura do Estado e da cultura. Estes intelectuais têm, portanto, uma funcionalidade identificada a partir do lugar que exercem na estrutura social e do papel que desempenham no processo sócio-histórico.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Neodesenvolvimentismo. Intelectuais.

**Abstract:** The objective of this text is to discuss the links between higher education policy and neodevelopmentalism, which, starting with the Lula government (2004-2010), has built a new way for higher education in Brazil. From the point of view of the theoretical-methodological aspects, a bibliographical review was made through the contribution of several theorists, as well as some documents: National Education Plan, Law of Guidelines and Bases of Education, among others. It was observed that the way taken by higher education were derived from the guidelines provided by the intellectuals, who have effected a new structuring of consensus and coercion by means of legal / judicial instruments within the framework of the State and culture. These intellectuals, therefore, have a functionality identified from their place in the social structure and the role they play in the socio-historical process.

**Keywords:** Higher Education. Neodevelopmentalism. Intellectuals.

Recebido em: 03/08/2015. Aceito em: 08/08/2017

---

\*Assistente social(UERN), mestre(UFRN) e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e-mail: milenagmedeiros@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

A reflexão que tangencia a questão dos intelectuais no Brasil, em especial a educação superior, direciona-se para uma busca pela recomposição da direção hegemônica política e ideológica da classe dominante, numa conjuntura de crise e restauração do capital. Se, de um lado, entende-se que não há hegemonia sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil, por outro, para assegurar a dominação hegemônica, o Estado assegura a ordem pela força, como também recorre aos aparelhos da sociedade civil para fomentar o consenso acerca de suas ações.

Cabe precisar que, ao se discutir o campo das ideias, da ciência e da ideologia, o papel dos intelectuais constitui presença primordial no campo da vida social. Tal compreensão não se destina a pensar esse intelectual apenas em nível de militância, mas como forma de busca pelo conhecimento e pelo desenvolvimento no campo da reflexão científica. Desta forma, esse debate requer pensar sobre o intelectual tradicional e o orgânico, como bem explicitou Gramsci (1977), compreendendo, pois, a importância da cultura na construção de um novo projeto social, como estratégia na luta pelo socialismo.

A cultura se apresenta como necessária e fundamental diante do processo revolucionário, na direção da construção de uma nova ordem social. Deve ser vista como um instrumento de emancipação política da classe operária, uma vez que, a partir dela, criam-se as possibilidades de tomada de consciência em relação às situações e problemas vividos pelos sujeitos sociais. Essa luta diz respeito não apenas ao terreno econômico, mas também às condições de subalternidade intelectual a que a classe trabalhadora se submete, o que torna necessária e urgente a construção de um novo projeto cultural que viabilize uma vontade social independente do domínio ideológico da burguesia.

Em tempos de crise, em que prevalecem os imediatismos e o império mercantil, a devoção ao consumo e ao individualismo, verificam-se implicações regressivas em face de projetos coletivos. Assim, o cultivo e o debate dos pensamentos gramsciano e lukacsiano, entre outros marxistas contemporâneos, constituem um ato de contestação à cultura do mercado e do dinheiro,

impulsionando a ação e a iniciativa coletiva na reinvenção da história, mediante processos contra hegemônicos voltados à construção de uma nova sociabilidade humana edificante.

Cabe explicitar que não temos a pretensão de esgotar, nesta reflexão, todas as determinações deste processo, haja vista a riqueza e complexidade da realidade. No transcurso deste artigo, mencionaremos alguns elementos que se entrelaçam para explicar o lugar ocupado pela política de educação superior e o novo projeto neodesenvolvimentista mediado pelas ações e construções teóricas dos intelectuais, numa conjuntura de luta pela hegemonia capitalista. Pretendemos expor alguns elementos relevantes para que a reflexão seja efetivada no âmbito de uma perspectiva de totalidade.

Para uma exposição qualificada e esclarecedora, pensamos e estruturamos o texto da seguinte forma: na segunda seção, discorreremos sobre os objetivos e as premissas deste trabalho. Num terceiro momento, trazemos uma discussão sobre ideologia e os intelectuais, relacionada com o processo de conquista da hegemonia do capital ante uma nova conjuntura, considerada, por muitos teóricos, como pós-neoliberal no Brasil. Na quarta parte, discorreremos sobre a perspectiva do neodesenvolvimentismo e os intelectuais do Brasil contemporâneo. E, por fim, tecemos nossas considerações finais, esboçando uma análise da Política de Educação Superior, a partir de alguns documentos e legislações sobre tal política, identificando sua conformação com base nas diretrizes e metas do dito neodesenvolvimentismo, espreado no Brasil nos anos 2000. Ademais, discutimos os fundamentos ontológicos das categorias de ideologia, os intelectuais e sua relação com a hegemonia, e como aqueles nos ajudam no entendimento da conformação de um novo projeto burguês.

## **A IDEOLOGIA E OS INTELECTUAIS: A CONFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A LEGITIMAÇÃO DO PROJETO BURGUESES NEODESENVOLVIMENTISTA**

Partimos da premissa de que todo processo de produção é também um processo de reprodução das condições existentes, numa incessante alternância de mudança e conservação, isto porque a história não é simplesmente a pura

repetição dos acontecimentos, mas também rebeldia e lutas contra as condições de exploração ditadas pela relação capital e trabalho. Desse modo, entendemos que o processo de produção material abrange a articulação das dimensões culturais, sociais e políticas em que se estruturam as formas ideológicas e o conteúdo espiritual de cada momento histórico.

Nesta direção, pensamos que, para entender a contextualidade sócio-histórica da educação superior no Brasil, no âmbito das atuais propostas neodesenvolvimentistas, precisamos apreender alguns elementos que conformam a trama das relações atuais do capitalismo contemporâneo e o processo de busca e legitimação da dominação hegemônica do capital conduzido por seus intelectuais.

Enfatizamos o quanto é primordial refletir sobre as categorias de ideologia e como as defendem alguns intelectuais sob a ótica da hegemonia. Tais categorias requerem uma análise materialista que nos possibilitará identificar o papel específico de cada uma, bem como sua articulação nos processos de ajustamento posto pela atual fase de crise estrutural do capital, de contrarreforma do Estado e de mudanças na gestão e organização do trabalho. Há a necessidade, no âmbito da reprodução do capital, da ativação e do redirecionamento destas dimensões para que se efetive o processo de intervenção do capital, na busca da conquista de sua legitimidade e hegemonia, abaladas durante o processo de crise.

Assim, pela mediação desta e de outras dimensões, pontuamos que esta discussão será posta para que coloquemos a educação superior no lugar devido, já que muito se discutiu sobre ela, porém, algumas de suas análises congregam vetores que parecem ocultar as implicações regressivas que ela traz devido ao atual momento de proliferação dos objetivos e metas do neodesenvolvimentismo no Brasil.

Indicamos uma mudança na concepção da educação superior, a partir da lógica dos serviços que podem ser comercializados/mercantilizados e privatizados. Sob o discurso da expansão e democratização desta modalidade de ensino, busca-se ocultar o processo de empresariamento, lançando-se mão de um apelo ético em prol de mudanças das estruturas do capitalismo via acesso à educação.

Para tanto, precisamos compreender que a educação tem uma dupla funcionalidade: de um lado, constitui um mecanismo que auxilia o processo de reprodução das condições e relações do capital e, de outro, possibilita a construção de uma consciência crítica nos indivíduos diante das condições da barbárie capitalista.

Desse modo, compreendemos que a dimensão social da ideologia deve ser tratada a partir da centralidade ontológica do trabalho, o que permitia identificar a sua funcionalidade sócio-histórica, e, assim, desmistificá-la como uma falsa consciência. Numa análise marxista, o trabalho no sentido genérico é o intercâmbio orgânico entre homem e natureza; aquele produz objetos úteis para satisfazer suas necessidades, transformando a matéria na produção de algo novo. Constitui, também, um processo em que o próprio homem se transforma ao adquirir novas habilidades e conhecimentos.

O trabalho difere de outras dimensões sociais advindas das necessidades e da complexificação da sociabilidade, em especial do desenvolvimento do sistema de produção e reprodução do capital. Nesta direção:

Todas as outras categorias, a exemplo de arte, linguagem, ciência, educação, direito, política, religião etc., embora dotadas de uma natureza e uma função social próprias, têm sua origem no trabalho. Daí porque, entre o trabalho e as outras categorias, existe uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa, de todas elas em relação ao trabalho, bem como uma relação de influência recíproca entre todas elas, agora incluído o trabalho. (TONET, 2012, p. 52).

Nesta trilha argumentativa, entendemos o conceito de ideologia trazido por Lukács (1978) a partir de uma formulação marxista que permite identificar no trabalho a base constitutiva/ontológica da ideologia. A ideologia deve ser analisada sob este prisma, porquanto possui uma dada função social no âmbito da reprodução social, enquanto ato humano efetivamente existente que opera sobre os conflitos cotidianos e pode vir a se expressar sobre conjuntos de ideias e de atividades práticas. Portanto, não significa uma falsa consciência, senão um tipo de consciência/conhecimento de uma dada realidade prático/social.

As atividades humanas, sejam elas simples ou complexas, implicam uma escolha ante as várias possibilidades existentes. De modo que tanto as posições teleológicas que dirigem a troca orgânica com a natureza como aquelas que medeiam as relações humanas têm por base uma alternativa que põe finalidade. (COSTA, 2011, p. 74).

As ideologias são consideradas por Lukács (1978) como posição teleológica secundária, com a finalidade de dirimir conflitos e influenciar os indivíduos sociais a agirem conforme o comportamento desejado, implicando um movimento que deságua em outra posição teleológica. “De modo que nas posições teleológicas secundárias o “material” da posição do fim é o homem, suas relações, suas ideias, seus sentimentos, sua vontade, suas aptidões” (LUKÁCS, 1978, p. 338).

Constituem, as ideologias, um importante instrumento de conformação da interioridade das pessoas, contribuindo para manter e reproduzir a esfera econômica. O autor nos diz que foi com o nascimento das classes sociais e de seus interesses antagônicos que esse tipo de teleologia tornou-se a base espiritual estruturante do que o marxismo chama de ideologia: “A gênese destas ideologias pressupõe estruturas sociais nas quais operam grupos diversos e interesses contrapostos, que tendem a se impor como interesse geral da sociedade inteira” (LUKÁCS, 1981, p. 453).

Esta concepção, trazida pelo autor, centra-se numa identificação da ideologia no sentido restrito, mas cabe esclarecer que a ideologia, em sentido amplo, nasce do cotidiano em que são orquestradas respostas às condições sociais que os homens estabelecem. Claro que a intencionalidade do sujeito é importante neste processo, mas, por si só, é uma determinação insuficiente para transformar o pensamento em ideologia. “É que os pensamentos somente depois de terem se tornado veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam estes, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, é que são ideologia” (LUKÁCS, 1981, p. 448).

Desse modo, apenas observando “[...] a função social exercida pelo pensamento no âmbito dos conflitos sociais enquanto reações dos homens às condições materiais existentes” (COSTA, 2011, p. 90) podemos entender a concepção da ideologia em Lukács.

De forma resumida, entendemos que a ideologia tem sua gênese a partir da atividade social dos indivíduos, como forma de responder a seus questionamentos e necessidades da vida cotidiana, mediando esta mesma atividade por atos de consciência e de continuidade da prática social. Numa acepção mais restrita, a ideologia pode ser pensada como instrumento de luta em que o conflito social se apresenta como um problema na realidade dos homens, tornando necessária a produção de instrumentos para a sua resolução. Surgem, assim, formas ideológicas de pensamentos e práticas sociais como respostas aos conflitos de interesse/classe entre os homens.

Depois dessas considerações de cunho sócio-histórico e ontológico, observando o duplo movimento posto pela dimensão da ideologia, restringir-nos-emos, neste momento, à sua dimensão mais restrita, que comparece na sociedade capitalista e com mais força no atual jogo das contradições postas pela produção e reprodução do capital na sua modalidade flexível imposta pelas políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas no Brasil. Segundo Mészáros:

A ideologia dominante tem interesse patente na preservação do *status quo*, no qual mesmo as desigualdades mais clamorosas estão “estruturalmente” entrincheiradas e protegidas. Portanto, ela pode se permitir ser “consensual”, “orgânica”, “participativa”, e assim por diante, reivindicando, desse modo, também a racionalidade autoevidente da “moderação”, “objetividade” e da neutralidade ideológica. (2008, p. 7).

Deste modo, persistem intocados os preceitos da exploração de classes da sociedade pela mediação das várias teorias, sejam do consenso, da participação, ou qualquer outra em que tentam legitimar a ordem. O poder da ideologia se torna enorme, dado seu arsenal mistificador posto por valores e diretrizes endossados consensualmente no jogo da legitimação e direcionamento dos processos adversos aos interesses vitais da classe trabalhadora. Portanto, o que torna a ideologia um tipo de consciência prático-social é sua situação real numa dada sociedade, a depender da funcionalidade que assume nesta situação real e histórica.

Mészáros (2008, p. 8) assinala que o entendimento da ideologia deve também ser pensado a partir de algumas condições necessárias, tais como o reconhecimento

[...] 1) de sua persistência em diversas formações sociais que se sucedem e [...] a continuidade paradoxal da produção ideológica ao longo dos milênios; 2) [...] os parâmetros socioeconômicos concretos, através dos quais se podem conceituar a emergência histórica e o funcionamento contínuo; 3) o modo de operação do discurso ideológico e as formas institucionais/instrumentais exigidas para tornar exequível o seu impacto; 4) o tipo de racionalidade operante na ideologia, de modo a, por um lado, resolver as dicotomias apriorísticas “racionalidade *versus* irracionalidade” e “ciência *versus* ideologia” e, por outro lado, explicar tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social. [grifos do autor].

Portanto, a ideologia não pode ser pensada sem considerar sua historicidade ao longo do tempo, como uma forma específica de consciência social prática. Tal historicidade possibilita o desvendamento dos discursos, das práticas, instrumentos e das teorias em jogo, já que “a teoria social não é externa aos determinantes ideológicos do condicionamento social e [...] institucional, mas interna a ela” (MÉSZÁROS, 2008, p. 54), sejam elas conservadoras, que coagulam a manutenção da ordem, ou críticas, que permitem refletir e explicar as potencialidades e limites das formas ideológicas de consciência social, no que se refere aos fundamentos históricos dos valores e diretrizes postas pelo arcabouço da racionalidade da época, este mediado pelas determinações de cada formação sóciohistórica.

Desse modo, entendemos que as ideologias também carregam as marcas da formação de cada país, conformando-se muitas vezes num *mix* de arcaico e moderno. Assim, em qualquer contextualidade sócio-histórica, as ideologias constituem a consciência prática necessária em que as diferentes classes se relacionam e se confrontam ao articular sua visão de ordem social considerada coerente. Já no âmbito do conflito, é necessário que a classe dominante utilize as formas ideológicas como um mecanismo que possibilita negar e manter a contradição fundante

do metabolismo social no âmbito das relações sociais capitalistas.

Compreender a racionalidade ideológica pressupõe tratar das determinações estruturais/econômicas da ordem social, pois, assim, entenderemos como as classes resolvem os problemas sociais, de que modo a conceituar os problemas práticos mais imediatos nos processos históricos, trazendo “[...] implicações práticas de longo alcance na arte, literatura, bem como na filosofia e na teoria social [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 10) e acarretando posições, sejam elas críticas, acríicas, de manutenção da ordem social vigente, de busca da consensualidade, e do reformismo possível em torno das várias dimensões da vida social.

O problema prático e teórico que identificamos sobre a questão da racionalidade ideológica é o processo de conformação e internalização – considerando algumas dimensões presentes neste processo, como a ação educativa, a política e a religiosa – de valores, ideias e comportamentos que enfatizam o “mito da unidade orgânica”, em que prevalece o apelo pacificador/consensual, os concordes necessários, o interesse burguês posto como interesse geral da sociedade, exemplificado de diversas formas por discursos e práticas como a expansão democrática da educação superior.

Tais processos têm, como objetivo, ajustar e assegurar o controle e a continuidade da produção e reprodução das condições espoliadoras do capital sobre o trabalho, mito este que vem se disseminando a cada momento histórico e que, a depender de cada formação, pode se apresentar de diversas maneiras ao longo dos processos históricos.

Diante dessas questões, não dá para entender a conformação e a internalização de valores, práticas e ideias, ou melhor, a elaboração da racionalidade ideológica correspondente à sua época histórica, sem que se saiba quem a formula, de que forma e com que objetivos, o que impõe a compreensão da funcionalidade sóciohistórica dos intelectuais, sejam eles considerados orgânicos, e/ou tradicionais.

Filiamo-nos às ideias de Gramsci (1977), quando este nos assegura que, com o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital, foi se forjando uma nova classe e um grupo de intelectuais ligados à classe dominante.

Cada grupo social [...], surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenvolveu até nossos dias – categorias preexistentes de intelectuais, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica [...]. (GRAMSCI apud SIMIONATTO, 2011, p. 57).

As classes sociais fundamentais nascem e se fundamentam a partir da constituição do modo de produção econômica, possibilitando a estruturação, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, de especialistas/técnicos ligados à organização e ao desenvolvimento da esfera econômica, que estrutura um grupo de intelectuais vinculados não só à produção econômica, mas de forma política e social no encaminhamento e na estruturação do consenso via coerção por medidas legais/judiciais no âmbito do arcabouço do Estado e da cultura. A função dos intelectuais deve ser pensada, de acordo com Gramsci, a partir do lugar que exercem na estrutura social e do papel que desempenham no processo histórico.

A tarefa desempenhada pelos intelectuais consiste em lutar, no âmbito da sociedade capitalista, pela hegemonia não só no que diz respeito às questões econômicas e políticas, mas na esfera da cultura, apresentando-se como um componente decisivo nesta luta.

O interessante é que esses intelectuais, mesmo com sua funcionalidade e qualificação determinadas historicamente, consideram-se autônomos e independentes da estrutura socioeconômica que lhes deu origem. Nosso autor vem desmistificar esta realidade, demonstrando que estes intelectuais, orgânicos ou tradicionais, na verdade afirmam ideologicamente uma concepção de mundo quanto às ideais de uma classe a que se vinculam, ou que passaram com o tempo a se vincular, num típico projeto político que legitima a ordem dominante, ou, no seu reverso, num projeto socialista para a classe trabalhadora. Estes intelectuais conseguem cimentar, pela via da formação de ideias, conhecimentos, comportamentos e práticas, uma dada articulação e a cooptação de outros intelectuais ou indivíduos ao seu projeto político de legitimação hegemônica.

O que de fato nos interessa sobre os intelectuais, neste contexto, é o que Gramsci qualifica

como tradicionais, sejam eles conservadores ou revolucionários. Como exemplo destes, “[...] o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia” (SIOMIONATO, 2011, p. 59).

Deste modo,

Uma das características principais de todo grupo que tende à dominação reside em sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista tanto mais rápidas e eficazes quanto o grupo tenha, simultaneamente, produzido seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1977, p. 1.517).

Gramsci, nos *Cadernos do cárcere*, indica que, com o desenvolvimento do capitalismo criou-se um novo bloco histórico, uma nova camada de intelectuais que se liga à classe fundamental. Esse intelectual orgânico não é o que se justapõe a uma classe, grupo ou empresa; estes criam os seus próprios intelectuais. Diferencia-se, segundo o autor, quando se pensa nos intelectuais tradicionais, que sobreviveram após o desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham ligados organicamente a nenhuma classe fundamental, como, por exemplo, o clero.

O intelectual tradicional analisa o presente à luz de valores e princípios que foram desenvolvidos no passado. Esses intelectuais consideram a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Essa autonomia tende a se firmar política e ideologicamente através de um projeto que comporta seus ideais. Pode, pois, existir um tradicional conservador que, na passagem de uma formação social histórica, passa a defender os interesses da classe subalterna.

Deve-se discutir o conceito de intelectuais a partir de dois elementos: a) o lugar e a função que ocupam na estrutura social; b) e o lugar e a função que desempenham num determinado processo histórico. Cabe sempre observar o que Gramsci entende por intelectual orgânico e tradicional. Uma classe dominante é forte e sólida quando, em seu processo de dominação, consegue assimilar os intelectuais importantes da classe subalterna. Na tentativa de fortalecer sua hegemonia, luta pela assimilação e pela conquista ideológica.

Para Gramsci (1977), é justamente nos momentos de crise hegemônica que se visualiza a possibilidade da cooptação dos intelectuais

tradicionais aos intelectuais orgânicos, a depender da organicidade dos intelectuais tradicionais no campo da combatividade ou passividade. De acordo com Simionatto (2011):

O intelectual tradicional é, assim, um amplo conceito utilizado a partir de uma perspectiva histórica, que permite analisar como os intelectuais se apresentam nas diferentes configurações sociais ou blocos históricos. O termo “tradicional” serve para designar as camadas intelectuais que a classe historicamente progressista deve assimilar para exercer a hegemonia sobre o conjunto das classes sociais constitutivas da sociedade como um todo. (SIMIONATTO, 2011, p. 60, grifos da autora).

Nos momentos de crise, não só do ponto de vista material, mas de uma crise de hegemonia diante dos processos políticos e sociais, uma nova maneira de produção material, como também formas de ideologias compatíveis com o novo momento histórico passam a ser fomentadas. Assim, conforma-se uma “nova” intelectualidade a fim de direcionar os processos econômicos, políticos, sociais e culturais necessários à conformação de uma nova cultura do trabalho, mediada por uma reforma intelectual e moral no âmbito da conquista de sua legitimidade, visando à condução dos projetos de classe e à mudança da relação com a classe trabalhadora.

Em outros termos: nos momentos de crise de hegemonia, da classe que se encontra no poder, é que se colocam as possibilidades do processo de assimilação dos intelectuais tradicionais aos intelectuais orgânicos. Isso depende da fragilidade de organização dos intelectuais tradicionais.

Desse modo, os intelectuais orgânicos se relacionam com as classes fundamentais e explicitam suas funções técnicas e competências que desempenham no modo da produção capitalista, além das lutas junto à classe a que se acham vinculados. O que significa participar do seu projeto ao lado das classes fundamentais: burguesia ou proletariado. Para Gramsci, o grande intelectual deve se inserir na vida prática e tornar-se um organizador da cultura, isso porque exercer a hegemonia exige pensar novas estratégias e lutas.

Além dos intelectuais que produzem ideologias, existem os que o autor classifica como

intelectuais modernos, em que se inserem os economistas, técnicos, empresários, engenheiros e outros que têm suas funções ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas. São os organizadores da função econômica da classe a que se ligam. Controlam o mundo da produção e organizam a hegemonia da burguesia na sociedade por meio do Estado, exercendo o poder sobre as demais camadas e classes. Além de organizar a função econômica, também são portadores da hegemonia que a classe exerce na sociedade, através de diferentes organizações culturais: escola; igreja; meios de comunicação; partidos. Buscam assegurar o consenso das classes dominadas de acordo com os valores estabelecidos. São organizadores, também, da coerção, por intermédio do aparelho administrativo, militar, jurídico e político.

Contraditoriamente, o proletariado também pode construir seus intelectuais, que contribuirão para construir sua hegemonia. Nesta perspectiva, o partido político, que tem natureza intelectual coletiva e instituição ético-política, desempenha papel importante para que o proletariado se apresente como contrário à hegemonia burguesa. Não é o intelectual de forma individual que terá esse papel, mas é o partido que cria as condições para desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular.

Fica evidente que estes intelectuais têm uma funcionalidade não só no âmbito da organização da produção material, mas também na cultura e na condução dos processos sociais e econômicas no arcabouço do Estado, cabendo observar a forma como eles se colocam no modo de produção capitalista – contestação ou conservação/cooptação.

Nos momentos de crise os intelectuais terão de reorganizar material e ideologicamente as respostas necessárias à retomada do equilíbrio instável do sistema capitalista. Assim, controlam e organizam a hegemonia burguesa, bem como sua coerção, imposta pelo Estado.

Desta assertiva compreendemos que, na conjuntura dita neodesenvolvimentista no Brasil, implementada desde o primeiro governo Lula, forja-se, ainda que anteriormente ao governo do PT, um grupo de intelectuais que, através de diferentes organizações culturais – como as universidades, institutos de pesquisa, a mídia, entre outros – busca reposicionar as estratégias

burguesas para o dito e falacioso crescimento econômico com desenvolvimento social e ambiental.

A importância de se discutir sobre os intelectuais se traduz na análise de sua atuação junto à classe, quando elaboram uma concepção de mundo, explicitando e/ou ocultando as contradições e antagonismos que perpassam a sociedade, bem como suas formas de superação. Destarte, cabe observar a atividade intelectual e sua atividade organizativa que, pela via de suas produções acadêmico-técnicas, vêm expondo os rumos da dita política neodesenvolvimentista no Brasil, organizando a dialética do consenso e coerção numa incessante luta pelo poder, com elaborações de uma nova concepção de mundo – e aqui citamos o neodesenvolvimentismo e suas políticas ditas democráticas e de transferência de renda e de estímulo ao crédito, leia-se endividamento.

No item a seguir, discutiremos algumas produções destes intelectuais na orquestração do neodesenvolvimentismo no Brasil.

## **O NEODESENVOLVIMENTISMO E OS INTELECTUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

O neoliberal em pleno século XXI, passa por uma nova fase, na qual consegue ecleticamente ludibriar o desenvolvimento econômico e social no Brasil a partir da incorporação de uma suposta “nova” e “social” ideologia do desenvolvimento. Requisita-se, para tanto, um maior esforço dos seus intelectuais na incorporação de seus fundamentos teóricos e práticos nos programas e políticas dos governos ditos de esquerda.

O antigo desenvolvimentismo das décadas de 1930 até 1970 constituía um tipo de desenvolvimento que possibilitava, ao país, sair de sua condição de subdesenvolvido e ingressar numa nova era industrial/urbana e definitivamente capitalista, seguindo, para tanto, as orientações da CEPAL. Esta ideologia ditou os debates entre as forças sociais nacionais.

Após a consolidação do neoliberalismo no Brasil (1990-2000) e as ínfimas melhoras nos indicadores sociais, o dito neodesenvolvimentismo ressurgiu apostando na articulação do neoliberalismo com políticas de crescimento econômico com vistas a possibilitar a dinamização do

mercado interno com desenvolvimento social via políticas focalizadas na pobreza, no desemprego e na precarização do trabalho. Transfere, portanto, a condição de trabalhador desempregado para pobres que necessitam de auxílio financeiro, apagando a referência do trabalho como direito e priorizando os programas de transferência de renda. Esta é a realidade que encontramos no Brasil do século XXI.

Compartilhamos as ideias de Mota (2013) segundo o qual, ao se referir ao modelo neodesenvolvimentista, diz que sua característica é “crescimento econômico com desenvolvimento social, [entretanto] não se encontra amparo na realidade, visto que há indícios da redução da pobreza, porém não da desigualdade”. Isso pode ser confirmado pelos dados do IBGE (BRASIL, 2012): “[...] o ganho médio dos 10% mais pobres é de R\$ 186,00, enquanto o 1% dos brasileiros mais ricos é de R\$ 16.121,00, ou seja, há uma diferença de 87 vezes entre os menores e os maiores ganhos em 2011” (MOTA, 2013, p. 18).

No Brasil, o crescimento econômico vem sendo associado à desigualdade social, ainda que ocorram reduções da pobreza. Apesar de o país ser a sexta economia do mundo, tem um índice de Gini – que mede a concentração riqueza/renda de um país – de 0,51.

Acha-se, em curso, uma “nova ideologia do desenvolvimento”. Ainda que falaciosa, tem o objetivo de direcionar os processos econômicos, sociais, políticos e culturais, configurando-se como uma ideologia formadora e justificável do consenso em torno das exigências da atual fase de acumulação flexível e do trabalho precarizado. Isto se dá num processo dinâmico e complexo de construção de uma nova subjetividade, mediada pelo apelo moral e pela reforma intelectual dos sujeitos sociais, visando à adesão ao dito crescimento econômico com desenvolvimento social.

Desse modo, impõem-se novos valores e práticas compatíveis com o atual contexto neoliberal/flexível/precarizado, num processo contínuo de reestruturação, em que a educação superior, com a intervenção dos intelectuais, contribui ao associar suas diretrizes e metas aos objetivos do sistema produtivo. É a educação superior uma das alavancas para o crescimento e para as saídas do desemprego via proliferação das qualificações que supostamente asseguram a

entrada e a permanência no mercado de trabalho, ainda que precário.

Esta “nova” versão desenvolvimentista vem conformando um tipo de consenso otimista que se espalha entre várias frações burguesas, como também entre intelectuais de tradição na academia e nos partidos de esquerda, com interesses diretos de classe. Para estes grupos, o Brasil vive um momento extraordinário de crescimento econômico e justiça social, o que leva a que muitos, apressadamente, apostem num rompimento com o neoliberalismo, dado o aumento dos gastos para o “social”.

Emir Sader defende há anos que a América Latina vive uma fase pós- neoliberal; Maria da Conceição Tavares declarou, em entrevista à “Folha de S. Paulo” em setembro de 2010, que desta vez a maldição do Furtado, que era desenvolvimento junto com subdesenvolvimento, pode terminar, e Márcio Pochmann afirmou [...] que o social-desenvolvimentismo é um padrão de acumulação que rompe com a financeirização e cria um Estado de bem-estar social no país. (CASTELO, 2012, p. 3).

Este novo desenvolvimentismo vem à tona a partir de uma escola do pensamento econômico que infelizmente não consegue, ao propor suas diretrizes e metas, articular algumas mediações próprias da realidade atual do capitalismo. Este novo desenvolvimentismo articula as medidas macroeconômicas postas pelos ajustes e reformas econômicas, como também focaliza as ações sociais nas expressões mais explosivas da questão social, configurando o que muitos teóricos classificam como social-liberalismo (CASTELO, 2012).

Cabe precisarmos a contextualidade sócio-histórica em que o neodesenvolvimentismo aparece nos escritos da intelectualidade brasileira. Esta perspectiva surge no século XXI, no dito pós-neoliberalismo, que conta com o neodesenvolvimentismo como uma alternativa aos preceitos neoliberais.

Deste modo, o Brasil adota o que consta dos escritos publicados durante o primeiro governo Lula, de autoria do ex-ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira, nos quais defende o desenvolvimento nacional do país e a recusa ao neoliberalismo.

Um ano depois, um grupo de acadêmicos lançou o livro “Novo Desenvolvimentismo” (2005) [...] textos de intelectuais tradicionais alinhados ao estruturalismo cepaliano e ao keynesianismo [...]. Para isto propõem medidas de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiro, educacional e de inovação tecnológica. (CASTELO, 2012, p. 625).

Estes intelectuais apresentam sua concordância com as ideias de Bresser, como também propõem um Estado forte, que compatibilize crescimento econômico e equidade social. Deste modo, tanto as instituições de ensino/pesquisa e seus intelectuais, como as revistas principalmente da área econômica, acabam disponibilizando um arsenal teórico/ideológico de aceitação desta nova ideologia do desenvolvimento, desemboçando, assim, nos programas e políticas governamentais e na adesão de empresários e industriais.

Ressaltamos as declarações do ex-ministro da Educação, Aloízio Mercadante, segundo o qual o social tornou-se o eixo principal: “[...]compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promova a inclusão de milhões de brasileiros, universalize as políticas sociais básicas e resolva o drama histórico da concentração de renda” (MERCADANTE, 2010 apud CASTELO, 2012, p. 626).

Deste modo, o ex-ministro assegura o rompimento com o neoliberalismo e a incorporação de políticas de inclusão, inserção e crescimento econômico. Assim como Mercadante, Pochmann, ex-presidente do IPEA, também integra o grupo de intelectuais que adere às ideias neodesenvolvimentistas. Asseguram eles que houve uma transição do neoliberalismo, pois suas consequências negativas produziram um enorme contingente de desemprego, pobreza e informalidade; assim, passamos no Brasil para um novo modelo, o neodesenvolvimentismo, possível graças a uma transição pactuada entre grupos e setores da sociedade brasileira – a saber, entre industriais, empresários e o capital financeiro/internacional.

Assim, para esse autor,

A partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social- desenvolvimentista. A identificação básica de que o

Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir os traços do velho modelo nacional-desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Pelo contrário, assistiu-se à reafirmação da soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, seja pela passagem da condição brasileira de país devedor para credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, seja pela formação de significativas reservas [...]. (POCHMANN, 2010, p. 41).

O autor pontua que este conjunto de mudanças fez com que o Brasil tivesse sua expansão econômica na média de 4,2%, possibilitando a ampliação do gasto social de 19% para 22% do PIB, “[...] com a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia mensal de renda” [...] (PORCHMANN, 2010, p. 41), o que resulta na queda da taxa de pobreza absoluta e relativa. “Entre março de 2002 e julho de 2009, a taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28%” (PORCHMANN, 2010a, p. 49), verificando-se também uma queda da desigualdade de renda do trabalho. Este quadro de melhoras socioeconômicas tem permitido a ascensão e a incorporação dos brasileiros no consumo de massa. É sabido que antes do governo Lula o Brasil conviveu com um dos piores desempenhos econômicos do século XX.

Estas ideias podem ser vistas, entre várias publicações, no seu livro *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil* (PORCHMANN, 2010a), especificamente no capítulo II, onde o autor assevera que o Brasil deve continuar com os incentivos aos investimentos públicos e privados em infraestrutura, ramos industriais, tecnologias avançadas e aos financiamentos internos de longo prazo, com a possibilidade de mudança no perfil do consumidor. Para ele, deve-se apostar no desenvolvimento do mercado interno e no consumo de massa, que, aliás, no nosso entendimento, não pode ser pensado sem sua associação às medidas do pós-consenso no que se refere ao superavit primário, e às medidas contra a inflação, entre outras.

Em outro trabalho, *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa* (2004), o autor propõe uma verdadeira transformação nos objetivos e metas educacionais, mediante uma

articulação entre o estágio de desenvolvimento econômico e a reestruturação/reforma da educação, a revelar seu “[...] potencial transformador das relações humanas e da agregação de valor à produção no Brasil” (PORCHMANN, 2010a, p. 2).

Assim, para ele, a educação deve passar a significar oportunidades de ascensão social, e isto significa a conquista do emprego, ainda que precário e superexplorado. Isso confirma a nossa premissa de trabalho de que o suposto neodesenvolvimentismo direcionou as diretrizes e metas educacionais, colocando sob os preceitos dos valores econômicos a consequente reformulação de seus conceitos e conteúdos, visando à busca de outra direção intelectual para o novo projeto reformista da burguesia nacional.

Quanto à questão da escolaridade, o autor anota que, entre os anos de 1992 e 2002, a teoria do capital humano foi se deteriorando quando se pensava num quadro de estagnação econômica e de baixo investimento tecnológico, impossibilitando a geração de altas taxas de emprego para aqueles que tivessem um maior nível de escolaridade.

Na dinâmica econômica atual, posta pelo neodesenvolvimentismo, uma das metas é retomar a teoria do capital humano, na tentativa de compatibilizar crescimento econômico, via incentivo do mercado interno de consumo, com políticas de redução da pobreza, desenvolvimento local e políticas educacionais funcionais à dinâmica produtiva capitalista.

Para tanto, a expansão da escolaridade deve ser vista não apenas do ponto de vista da produtividade, mas especialmente da cidadania [...], pois para que o país possa colher os frutos da sociedade do conhecimento, deve-se aumentar o ritmo de crescimento econômico e de acumulação de capital, promovendo uma redistribuição do tempo de trabalho e de renda. Dessa forma, amplia-se o retorno social do investimento. (POCHMANN, 2004a, p. 8).

Nesta assertiva, as políticas educacionais e de emprego trazem à tona a ideia de que o mérito da conquista do emprego dá-se pela mediação da qualificação – diga-se formação política, ideológica, teórica em função das metas produtivistas capitalistas –, transferindo a responsabilidade de sua inserção aos indivíduos, a depender do

nível e do tempo de preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Conclui o artigo afirmando ser necessário “[...] reconstruir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho [...] que está a exigir um novo papel da educação” (POCHMANN, 2004b, p. 14). Este novo papel da educação, especialmente do nível superior, pode ser atestado, no nosso entendimento, em vários documentos publicados, como, por exemplo, no Plano Nacional da Educação (BRASIL, 1996, 2012/2020), nos objetivos do Reuni<sup>1</sup>, do Prouni<sup>2</sup>, na lei das inovações tecnológicas, no Programa Ciência Sem Fronteiras, no plano de desenvolvimento institucional de consórcio entre as universidades do Sul e Sudeste de Minas Gerais, que têm o objetivo de criar um grande centro de pesquisas, produtivo na dinâmica da captação de recursos, no desenvolvimento de

novas tecnologias e na resolutividade de problemas da região. São documentos que deixam claro que a educação superior deve ser guiada pelos preceitos do desenvolvimento produtivo/econômico, por intermédio do desenvolvimento das capacidades e habilidades humanas, no tocante à reestruturação produtiva e social do país.

Constata-se a reiteração de um projeto da burguesia sob a prerrogativa neodesenvolvimentista, que busca, pela via da educação, uma reforma intelectual e moral dos sujeitos partícipes do processo de produção/acumulação e reprodução do capital em pleno século XXI. Para isto, efetiva-se uma dinâmica de despolitização da classe trabalhadora, em que se usa a lógica da solidariedade social, da cooperação, da suposta crítica ao neoliberalismo e da recuperação do individualismo como algo positivo para a superação da condição de pobreza/e ou desigualdade de acesso ao mercado.

Advoga-se a constituição de um Estado que seja forte contra a inflação e os influxos de uma crise econômica e política, mas que gere oportunidades básicas (saúde, educação etc.) para que os sujeitos se capacitem e se incorporem ao mercado, tendo acesso à renda e ao consumo.

A educação, a partir desses pressupostos, torna-se de fundamental importância para o grande capital, na consecução de um reformismo no âmbito das ideias e das práticas dos sujeitos em prol da dinâmica produtiva de acumulação, do lucro e da conquista da direção política, econômica e cultural do seu projeto hegemônico. Para tanto, os intelectuais terão um papel relevante ao formular e divulgar estas ideias, que logo são absorvidas pelas políticas de governo no Brasil, postas como uma determinação dos organismos internacionais (Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização das Nações Unidas – ONU), para o enfrentamento da miséria e das desigualdades sociais.

No próximo item discutiremos, em forma de indicações conclusivas, as diretrizes neodesenvolvimentistas na educação superior a partir da análise de alguns documentos e legislações pertinentes.

<sup>1</sup> Em relação à expansão, e mais precisamente, à denominada massificação do ensino superior, os documentos oficiais procuram torná-la disseminada utilizando o termo democratização, o que a torna uma estratégia política para a legitimação das mudanças na direção do mercado. Ocorrem então a rápida abertura de instituições privadas e a crescente expansão precária da universidade pública através do plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Sob essas bases, assiste-se à intensificação da formação profissional aligeirada e desqualificada para fazer crescer o exército de reserva e reduzir os custos da força de trabalho – uma qualificação mínima para o desenvolvimento de capacidades de aprendizagens exigidas para o trabalho flexível. Esse modelo de formação busca constituir um novo trabalhador, com habilidades e comportamentos próprios de um mercado competitivo. É neste cenário que se reedita o discurso do capital humano como referencial e base para as reformas propostas à educação. Segundo este, os indivíduos teriam condições de tomar decisões livres, contribuindo para legitimar as propostas neoliberais de desmantelamento do setor público, da educação que sai da conotação de “direito público” para “bem público”, ou seja, um negócio sob a lógica do mercado. Assim, seu axioma seria o de que as desigualdades sociais e as diferenças de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos.

<sup>2</sup> O Prouni também vem na direção da reforma da educação. Instituído em 2007, é a versão local do pacto de Bolonha adaptado ao capitalismo periférico, visando adequar a educação aos novos tempos, ampliar vagas e cursos de duração reduzida, com conteúdos mais enxutos e intensificação do trabalho, o que leva à ampliação de contratações precárias, principalmente de docentes substitutos e em regime de trabalhos parciais. As noções de mobilidade estudantil, formação flexível e inovação dos métodos pedagógicos são viabilizadas pelo discurso da ociosidade e das altas taxas de abandono. Já o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies), instituído em 2001, aloca indiretamente recursos públicos para instituições privadas, a fim de assegurar o preenchimento das vagas ociosas deste setor. O governo passou a reestruturar seu sistema de ensino e sua estrutura universitária ao criar leis e critérios comuns para os processos de avaliação, na busca de vantagem competitiva, em novos conceitos de mercado e público, e na organização pedagógica, de modo a padronizar diplomas e títulos.

#### 4 À GUIA DE CONCLUSÃO: EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUAS DIRETRIZES NEODESENVOLVIMENTISTAS

Para nós, a perspectiva neodesenvolvimentista pode ser apreendida em vários documentos e legislações referentes à política educacional. Deste modo, debruçamo-nos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), em seu art. 1º, § 2º, que diz; “[...] a Educação [...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho [...]”, ou seja, que se deve vincular à qualificação para o emprego. Esta concepção também pode ser vista no item que trata *sobre o diagnóstico*, contido no Plano Nacional da Educação Superior, quando expõe que “[...] a educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravaram [...] deve-se estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento” (BRASIL, 2000, p. 35).

Na trilha destes apontamentos, explicitamos que a “categoria desenvolvimento” é bem presente no tocante às propostas e diretrizes da educação superior, porém, com um diferencial: este desenvolvimento tem áreas do conhecimento bem definidas, as então chamadas áreas duras, dado o seu potencial no desenvolvimento das inovações tecnológicas. Nesta direção, é fundamental que as universidades centralizem suas exigências no campo da pesquisa tecnológica, como forma de conduzir o processo necessário a esta (nova) etapa do sistema do capital.

Esta realidade se torna ainda mais evidente na seção que trata sobre financiamento: “ampliar o financiamento público à pesquisa tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo a pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar os recursos atualmente destinados a esta finalidade” (BRASIL, 2000, p. 46).

Longe de uma perspectiva de neutralidade, sublinhamos que o financiamento elaborado e executado no Brasil impõe uma conformação que subsidia a materialidade do processo de contrarreforma do Estado e, em especial, da educação superior. Esta, que vem se instituindo desde os anos de 1990 com um quadro de reformas, ganha expressividade a partir dos anos 2000, especialmente em 2003, com o programa Universidade do Século XXI, que já vinha propondo a tão sonhada democratização do ensino

superior e a inserção da universidade no projeto neodesenvolvimentista nacional.

Em 2004, no governo Lula, ocorre a institucionalização do Prouni; em 2006, do ensino a distância e, em 2007, do Reuni. Assim, foram dadas as primeiras e profundas iniciativas no arcabouço das reformas da educação superior no Brasil, que a cada mandato governamental tem ganhado maior relevo.

Há que se considerar que o Brasil gasta muito mais com o pagamento da dívida externa e interna do que investe na educação, o que desvela a sua verdadeira prioridade. Nesta direção, escreve Pinto (2009): “[...] no Brasil, tomando por base o ano de 2008, as despesas com o serviço da dívida [...] consumiram 31% do total do orçamento federal executado, ou seja, cerca de R\$ 282 bilhões [...]”. Já no orçamento de 2009, em decorrência da crise, “o MEC teve um corte de 10,6%, o que corresponde a R\$ 1,25 bilhão” (PINTO, 2009, p. 16).

Nos anos 2000, o país aplicou, no ensino público, apenas 3,9% do PIB. Em 2010, o índice subiu um pouco, chegando a 5,1%. Aqui, temos de considerar que para que este aumento do percentual do PIB fosse efetivado, dez anos teriam de se passar. No que se refere à soma de despesas dos três níveis de governo – municípios, estados e União – em 2010, totalizou R\$ 17.972,00 por estudante de nível superior; no que se refere ao gasto na educação básica, tivemos uma cifra de R\$ 3.580,00, demonstrando assim que a educação superior está num franco processo de crescimento, ainda que a educação básica também venha apresentando sinais de crescimento, porém em valores menores.

Sublinhamos que, apesar do crescimento observado na expansão do investimento da educação superior, este não acompanha o aumento do número de estudantes nesta modalidade. E assim, “[...] contrariam-se as indicações passadas no que se refere aos investimentos na educação superior nos anos de 1995, em que os investimentos nesta modalidade teriam taxas mais baixas do que a educação primária e secundária” (BANCO MUNDIAL, 1995, apud Brettas, 2008, p. 22). Isto demonstra que, ao ampliar o investimento na educação superior, amplia-se a possibilidade da participação privada dos indivíduos na sua inserção e no consumo dos bens mercantilizados.

De acordo com o estudo divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em setembro de 2012, os

[...] investimentos no ensino superior caíram 2%, enquanto o número de alunos subiu 67%, mostrando ainda [...] que a quantidade maior de recursos destinado à área entre 2000 e 2009 foi insuficiente para o país alcançar o percentual desejável de investimentos na educação.

Segundo a organização, os investimentos em geral no ensino brasileiro atingiram 5,55% do PIB, enquanto a meta para os países da OCDE é de 6,23% (OCDE, 2012).

Este estudo, além de demonstrar como e onde os recursos estão sendo gastos, revela também a intencionalidade da Educação na concepção dos ideólogos do capital. O estudo destaca que “pessoas bem-educadas vivem mais tempo, são mais propensas a votar e têm atitudes mais favoráveis à igualdade de direitos das minorias”. E acrescenta: “Além de a educação gerar mais oportunidades no mercado de trabalho [...]. A taxa de ocupação sobe de 77,4% para 85,6% entre os profissionais com ensino médio e superior”.

De um modo geral, entendemos que esta conjuntura é direcionada por suas legislações e resoluções, para auxiliar o processo de privatização e desestruturação do Estado, como se observa nos programas de financiamento público das universidades privadas e na expansão de vagas ociosas, como é o caso do Prouni e do Reuni, desdobramentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para Pinto (2009, p. 4), o Prouni,

[...] na verdade, representa um claro retrocesso quando se pensa em ampliar o acesso a esse nível de ensino às camadas mais pobres da população sem abrir mão da qualidade. Na verdade, o Prouni reduziu as perspectivas de os jovens dessas camadas ingressarem numa instituição pública, o que se refletiu até mesmo na queda na procura pelos vestibulares de universidades estaduais e federais. Para as instituições privadas, o programa foi um alívio financeiro, pois permitiu remunerar vagas que eram ociosas e que, por isso, já se destinavam a bolsas concedidas pelas próprias instituições [...].

Trata-se de um financiamento que poderia ser direcionado às universidades públicas, visando ao aumento de vagas e à contratação de mais docentes, pois a proposta de ampliação se dá pelo aumento da razão alunos/professor, sem as devidas alterações quanto à estrutura das instituições e contratações. É um

[...] financiamento privado da pesquisa, direcionando seus objetivos científicos, adoção da racionalidade empresarial, ênfase na área das ciências exatas e tecnológica, incentivo à meritocracia, a hierarquização acadêmica e a elitização da universidade pela criação de centros de excelência, perda progressiva da autonomia institucional através dos mecanismos de avaliação e controle das instituições federais de ensino superior e um processo de flexibilização das condições e organização do trabalho docente. (LEMONS, 2007, p. 223).

Portanto, é desta maneira que se materializa um tipo de desenvolvimento na educação, típico das relações estabelecidas no Brasil com o sistema privado, onde a manutenção das atividades das universidades, como ensino, pesquisa e extensão, passa a se dar com o apoio do setor público, paralelamente com o setor privado, na garantia da suposta qualidade, associada às metas e objetivos do produtivismo intelectual, do número das titulações exigidas, da massificação do ensino obtido por meio da educação a distância – essa é a 4ª meta do Plano Nacional e está sendo utilizada como mecanismo de ampliação do acesso a vagas ao ensino superior, sem a necessária contrapartida da contratação de professores, servidores e do melhoramento dos espaços de realização dos cursos.

Esta modalidade de ensino oferecida pelas universidades privadas torna-se um novo mercado altamente lucrativo para os empresários nacionais e internacionais. Além do ensino a distância, há os critérios de avaliação institucional dos docentes e discentes, com base no Enade, e currículos cada vez mais flexibilizados. De acordo com o Plano Nacional, “[...] medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um polo formador de caminhos para o desenvolvimento humano” [...] (BRASIL, 2000, p. 42).

Esta relação entre o público e privado pode ser vista também nos dados do Censo de 2012: *quase 75% das matrículas estão nas instituições privadas*, patamar semelhante ao verificado em anos anteriores. Entendemos que esses dados sinalizam os efeitos da proposta de expansão e democratização do ensino superior no Brasil, a partir do (Reuni), que, aliás, ainda não foram totalmente apreendidos, já que é um programa em andamento. O Censo ainda expõe que, “[...] ainda que haja um aumento nas vagas das universidades públicas, não será possível ser pensado sem o setor privado”. E esclarece: “Como as mensalidades ainda são inacessíveis para boa parte do público que está fora do ensino superior, a aposta do ministério é na expansão das bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)”. Além disso, o diagnóstico expõe que uma das estratégias é [...] “pensar na expansão [...] da formação de qualificação em áreas técnicas e profissionais” (BRASIL, 2000, p. 41).

Assim, esta expansão também tem o objetivo de diminuir as supostas desigualdades da oferta de cursos entre as diferentes regiões do país, constituindo-se como meta deste plano que se materializa, também, através do (Reuni). Este, contraditoriamente, vem suscitando um processo de interiorização precarizada das condições e relações de trabalho dos docentes e dos discentes, no que diz respeito à infraestrutura das universidades, à forma de contratação – praticamente temporária e sem garantias –, e ainda ao estabelecimento da relação numérica professor/aluno, que não se efetiva devido às condições postas.

Além destes elementos, temos também a permanência precarizada dos alunos nestas instituições, sem falar “[...]do crédito educacional, com prioridade para estudantes de menor renda”, nas instituições privadas. Assim, antes mesmo de os estudantes concluírem seus estudos, já se encontram endividados por muitos anos (BRASIL, 2000, p. 45).

Este sistema de expansão tem como objetivo ajustar a educação superior às exigências expressas nos documentos dos organismos internacionais, direcionados por uma perspectiva de controle de qualidade fortemente quantitativa e competitiva entre as instituições e os estudantes. Desta maneira, articula-se com os princípios

da teoria do capital humano e com a teoria do capital social, que defendem o desenvolvimento de atividades de bem-estar em parceria com o setor privado, ampliando o acesso à educação. “Neste sentido, o capital social adquire um caráter cívico e pressupõe a associação da ideia de solidariedade e de uma contribuição individual para resolver os problemas sociais” (BRETTAS, 2008, p. 17).

Assim, as políticas educacionais neodesenvolvimentistas, associadas a outras políticas de combate à pobreza, são consideradas como o melhor caminho para a promoção da “equidade social”, como bem explicitam os social-liberais, mas que, na verdade, vêm representando uma nova “onda” neoconservadora travestida de ideais democráticos, com uma tonalidade tecnocrática, como se estas questões não passassem pela luta dos projetos de classe. Conforme Castelo (2008, p. 29):

[...] a educação é entendida como um ativo do *portfólio* de investimento de um determinado indivíduo, equiparado a uma ação de empresa, a um meio de produção ou a qualquer ativo que gere renda para seu proprietário. O Estado brasileiro deve, a todo custo, investir na formação do chamado capital humano, pois os retornos sociais são altos, comparados com outras políticas sociais. Enquanto o Estado deve fornecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros, em particular aos que não podem pagar por este serviço, os indivíduos pobres devem investir seus melhores esforços nos estudos escolares, que no futuro podem lhes gerar rendimentos monetários. Forma-se, então, uma espécie de simbiose virtuosa da responsabilidade cívica do Estado com o comprometimento moral do indivíduo.

Conjugando todos esses elementos expostos, vemos que a saída encontrada pelo capital é compatibilizar o trinômio: oportunidade x capacidade x esforço dos indivíduos, já que nem todos poderão ser inseridos no mercado de trabalho, e os que assim estiverem, serão expostos à formas desumanas de precarização no trabalho.

Diante de todos esses elementos destacados, apreendemos que a contrarreforma da educação, no Brasil, vem se expressando na flexibilização das relações de trabalho e dos currículos, na privatização e mercantilização,

no controle de uma suposta qualidade, além da separação entre ensino, pesquisa e extensão.

Na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa “eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-se por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários”. E mais: “[...] adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país; separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para os centros *autônomos*” (CHAÚÍ, 1999, apud GUERRA, 2010, p. 729).

Diante dessas considerações, entendemos ainda que a política de educação vem se legitimando, em longo prazo, como um projeto de competitividade econômica da classe burguesa para a recuperação das suas taxas de lucro e de sua legitimidade perante a classe trabalhadora. Esta realidade que acabamos de expor reflete as opções políticas e econômicas realizadas durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010) e os de sua sucessora Dilma Rousseff, que materializaram uma política educacional com base na lógica da privatização e da mercantilização.

Desta maneira, concluímos que este movimento ora exposto mostra o papel das classes dominantes diante do processo de mudanças no Brasil, trazendo o projeto social-liberal neodesenvolvimentista como estratégia ideopolítica para a restauração capitalista, o que implicará um “projeto educacional também neodesenvolvimentista”, com a formação de um conhecimento técnico instrumental orientado para o mercado, tendo o objetivo de contribuir para a manutenção da dominação ideopolítica e econômica. Assim, a política de educação é tratada como um dos eixos das políticas neodesenvolvimentistas, para alcançar crescimento econômico, equidade e justiça, via qualificação e ingresso no mercado de trabalho, de modo focalizado, privatizante e mercadorizado.

Fica uma indagação em relação às postulações que acabamos de tecer: em que mediada os atuais movimentos sociais vêm tensionando o campo das relações de poder e a dominação do capital, na direção da construção de uma contra-hegemonia? Como construir um novo projeto político e social, mediante uma nova cultura, sem superar a atual ordem capitalista que rege as relações sociais?

As contribuições do autor sardo são primordiais neste primeiro momento da construção de uma nova sociabilidade; no entanto, guardadas as devidas mediações e particularidades, os tensionamentos e a resistência vêm sendo postos à prova diante da atual quadra histórica por que passa o país. Vivenciamos um momento histórico bastante difícil, tendo em vista o atual bloco de poder que tem se constituído no país através das frações de classe (capital internacional, capital nacional: rentistas, industriais e latifundiários), o qual tem empreendido uma contrarreforma na direção da destruição dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil.

Constitui uma tarefa necessária e urgente ampliar essas discussões para encontrarmos pistas que nos permitam entender a realidade contemporânea e tencionar os processos de luta e crítica, já que a revolução deve ser entendida não mais como um ato insurrecional, senão como um processo construído pela sociedade, permeado por relações objetivas e subjetivas, no qual o papel das ideias e da cultura é parte intrínseca e fundamental para a construção de uma nova hegemonia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília: 2014. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 06 Maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni: Relatório**, Brasília: 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Dados Disponíveis em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> Acesso em 21 de nov 2012.

\_\_\_\_\_. Dados Disponíveis em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/diferenca-do-investimento-na>>

educacao-basica-superior-cai-metade.> Acesso em: 23 nov 2017.

\_\_\_\_\_.Dados Disponíveis em: <<http://envolverde.com.br/educacao/ensino-superior/com-destinacao-de-menos-de-1-do-pib-brasil-investe-pouco-no-ensino-superior/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

BRETTAS, Tatiana. A Mercantilização no Ensino Superior: uma análise da Reforma Universitária no governo Lula. In: **Serviço Social na contra corrente: Lutas, direitos e políticas sociais**. Fernanda Marques de Queiroz, Gláucia Helena Araújo Russo, Sâmya Rodrigues Ramos (org). Mossoró/RN. Edições UERN, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 112, 2012, p.613-636.

\_\_\_\_\_. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: **Oikos**. Rio de Janeiro: UERJ, nº 1, 2008.

COSTA, Gilmaisa. Bases ontológicas da Ideologia. In: **Serviço Social em debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 71-101.

GUERRA, Yolanda. A formação frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010, p.715-736.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. In: **Os cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1977.

LEMOS, Denise Vieira da Silva. **Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição**. Salvador, 2007, p. 223, Tese (doutorado em Educação).

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. TR. C. N Coutinho, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento, São Paulo, Boitempo, 1981.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. A precarização do trabalho na Indústria do Vestuário: apontamentos sobre a realidade Brasileira e Portuguesa, nº 4, 2013, p.01-31. **SOCIUS**

- **Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações**, ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão).

PINTO, J. M. R. **O Financiamento da Educação no governo Lula**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2009.

POCHMANN, Marcio. Novo ciclo do desenvolvimento para valorizar o trabalho. In: **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2010a, p.39-67.

\_\_\_\_\_. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº104, 2010a, p.637-649.

\_\_\_\_\_. Educação e Trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa? In: **Educação e Sociedade**, v.25, nº 87, 2004b. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 12 ago 2017.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: Sua teoria, incidências no Brasil, influência no Serviço Social**. 4º. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, Ivo. Educação e revolução. In: **Trabalho, Educação e formação Humana**: Frente à necessidade histórica da revolução, 2012, p.51-64.